

Políticas para a nova CLASSE MÉDIA



Marcelo Neri

O Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos ao desenvolvimento de suas potencialidades, aí incluindo um sistema de ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de entraves regulatórios, só para citar alguns. Agora para as perspectivas de crescimento futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. O Brasil pode avançar verticalmente se escolher os caminhos certos em direção à sua fronteira de possibilidades.

É preciso ir além e “dar o mercado aos pobres”, com-

pletando o movimento dos últimos anos quando pelas vias da queda da desigualdade “demos os pobres aos mercados (consumidores)”. Devemos tratar o pobre como protagonista de sua história e não como um passivo receptor de transferências oficiais de dinheiro e de crédito consignado a esses benefícios. Há que se turbinar o protagonismo das pessoas.

Nos termos do dilema confuciano entre “dar o peixe” e “ensinar a pescar”, significa mostrar aos pobres que aprenderam a pescar, o “mercado

de peixes”. Já a respectiva versão socialista deste processo seria a redistribuição dos peixes embora a imagem da rede de pesca (capital social — cooperativas etc.) se encaixasse mais estruturalmente na metáfora pisciana.

Mercados

A agenda de mercado aos pobres é vantajosa, pois não encerra custos fiscais gerando melhoras de Pareto, onde ninguém perde e os pobres ganham *upgrades* diferenciados

Mercado aos pobres não encerra custos fiscais e eles ganham *upgrades* diferenciados, pois estavam mais distantes do mercado

por estarem mais distantes do mercado. Quando os mercados estão muito incompletos é possível sair do velho dilema entre eficiência (direita) e equidade (esquerda) e ganhar por meio da união harmoniosa desses vetores. O crédito consignado a benefícios de programas sociais vai nesta linha alavancando os ganhos de bem-estar daqueles contemplados por razões de equidade.

Concretamente no âmbito das políticas públicas pelo lado financeiro, falo de microsseguro (www.fgv.br/cps/ms) e de microcrédito (www.fgv.br/cps/crediamigo3). O crédito produtivo popular é fundamental para dar vazão

aos espíritos empreendedores da baixa renda. Temos os exemplos do Crediamigo, um banco público federal em área pobre, e o Banco do Nordeste que funciona na linha do Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank, pois usa sistema de grupo solidário nos colaterais. Há uma lição específica do rendimento do trabalho aumentando com a produtividade (salário-eficiência), no caso dos agentes de crédito que podem até triplicar o salário, dependendo da *performance* da carteira. Isso pode gerar lições do tipo “mercado de trabalho privado” a outros segmentos do setor público.

O Crediamigo cobre 60% do mercado nacional de microcrédito, gerando aumento médio de lucro de 13% por ano de seus clientes que são empresas informais de fundo de quintal, tais como mercearias, biscateiros, escolas privadas etc. A probabilidade de um cliente que era pobre sair da pobreza em 12 meses após o crédito é 60% contra 2% da probabilidade do movimento em sentido contrário. Isto sem subsídios, pois o programa gera um lucro de R\$ 50/ano por cliente. O Crediamigo acabou de ser eleito como a melhor experiência de microcrédito do continente americano pela principal agência de *rating* de microcrédito, o MIX Market. Há riqueza no meio

da pobreza e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nessa busca.

Desgaste

Uma agenda que está atrofiada no Brasil é a ligada aos trabalhadores por conta própria e pequenos produtores urbanos de acesso dos pobres, como produtores aos mercados consumidores. Cerca de 65% dos empresários nanicos urbanos dizem que seu principal problema é falta de clientes ou concorrência acirrada — entraves de demanda e não de oferta como formalização, infraestrutura, acesso a crédito etc. Políticas de acesso a mercados consumidores tais como exportação por meio de cooperativas de pequenos produtores, potencializar o comércio eletrônico e mesmo compras governamentais. Nesta última situação há casos em que prefeituras compram carteiras escolares e merendas na produção local de municípios cearenses.

A estabilidade macroeconômica cria terreno fértil para o desenvolvimento dos mercados na base da pirâmide, assim como a diminuição da violência. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) cariocas são um exemplo vivo de como “o choque de ordem” pode levar a um “choque de progresso”, principalmente nas situadas em

áreas mais ricas que sofriam perdas de capital. Há que se cuidar para não dar um *overshooting* do processo (www.fgv.br/cps/favela). Isso remete a questão mais geral de garantir direitos de propriedade a todos, agora e depois.

Permitindo-me uma visão mais literal, uma boa política de transporte urbano, onde vive 85% da população brasileira, segue nessa linha. Em particular os casos de São Paulo e do Rio. Este último é o primeiro caso de Bilhete Único intermunicipal, aproximando os pobres das periferias dos mercados, sem que para isso precisem morar em favelas.

Agenda

“Dar o mercado” significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. Os fundamentos do crescimento econômico e as reformas associadas são fundamentais aqui. A agenda de reformas trabalhista, previdenciária e tributária (desoneração da folha de pagamento etc.) turbina a relação entre crescimento e o mercado de trabalho. Mas fica difícil falar delas quando estamos gerando quase dois milhões de empregos formais em oito meses. A pergunta que não quer calar é quantos empregos geraríamos se a institucionalidade fosse mais favorável?

A educação funciona como passaporte para o trabalho formal: me refiro a todos os níveis escolares formais (www.fgv.br/cps/iv) e da educação profissional (www.fgv.br/cps/proedu). A agenda de premiar os professores com salários crescentes com as notas dos alunos é outro exemplo recente de salário-eficiência, tal como vigente nos estados de São Paulo e Pernambuco e na cidade do Rio de Janeiro. Como o setor público é (ou deveria ser) mais próximo dos pobres, ele pode pavimentar o acesso ao mercado. A avaliação de proficiência escolar traz transparência aos pais da qualidade de educação da escola do seu filho, melhorando o funcionamento do setor público. Metas sociais complementam esse movimento incorporando eficiência do setor privado ao setor público por meio de um pseudomercado, já que não existem preços. As metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do Movimento Todos pela Educação e de Dakar são exemplos disto. Se a opção é ir além do dar mercado aos pobres usando o Estado como ponte, vale incorporar na agenda do “choque de gestão” a conexão da distribuição de recursos do orçamento público, a *performance* das diferentes unidades receptoras de recursos medidas por indicadores sociais.

O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer-se de evitar as falhas de cada um dos lados

Alguns gostariam de uma agenda mais amigável à ação privada, outros gostariam de um Estado provedor. O coletivo de brasileiros no fundo quer as duas coisas, respeito às regras de mercado com política social ativa pelo Estado. Se os consensos de Washington não vigoram em Brasília, Caracas também não é aqui. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as dos mercados, sem esquecer-se de evitar as falhas de cada um dos lados. 

Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais e Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV
(mcneri@fgv.br e www.fgv.br/cps)